



**DESCENTRALIZAR
REGIONALIZAR
MELHOR PORTUGAL**

RESOLUÇÃO





RESOLUÇÃO



1 • ENQUADRAMENTO

1. As autarquias locais são um pilar fundamental da organização democrática do Estado, prossequindo os interesses próprios e específicos das populações respetivas e gerindo os assuntos das comunidades locais de forma autónoma e com responsabilidade própria.
2. Ao longo dos anos, o trabalho levado a efeito e prosseguido pelas autarquias locais propiciou uma evolução ímpar na qualidade de vida dos portugueses, eliminando carências chocantes e aproximando os centros de decisão das populações.
3. O Portugal de hoje não é o de 1974. É muito diferente para melhor e isso deve-se em grande parte ao Poder Local Democrático e ao trabalho desenvolvido por eleitos locais que abraçaram o desígnio de construir um país em que todos disponham de condições para viver dignamente.
4. Os municípios estiveram na primeira linha do combate ao atraso do país e desenvolveram os territórios, descentralizaram e democratizaram o investimento público, criaram infraestruturas básicas em diversos domínios que melhoraram as condições de vida das populações e foram motor do desenvolvimento social, económico e cultural em todo o território nacional.
5. Mesmo, e não é demais repeti-lo, suprimindo as ineficiências do Estado Central: grande parte das políticas sociais - na educação, na cultura, na proteção à infância, no apoio aos idosos e aos deficientes, na habitação social, entre outras - foi prosseguida e financiada pelos municípios, numa lógica de proximidade, não obstante não serem suas as responsabilidades e competências legais.
6. O trabalho dos municípios, importantíssimo, não foi, contudo, suficiente para a correção dos desfasamentos existentes no País, que continua com desequilíbrios evidentes, pela falta de políticas nacionais e/ou regionais consequentes, sendo cada vez mais urgente a consagração de políticas de carácter estrutural, nacionais e comunitárias, que possam inverter as disparidades de desenvolvimento, cuidando do necessário investimento público e privado.
7. **Os municípios continuam empenhados na correção das desigualdades subsistentes, combatendo a exclusão social, a desertificação dos territórios e valorizando os recursos endógenos.** São necessárias novas políticas públicas que compatibilizem os interesses diferenciados dos territórios, que permitam e estimulem o desenvolvimento coeso, harmonioso e solidário do todo nacional, que invistam em mecanismos de compensação que promovam a atratividade dos territórios, as suas funções com carácter único a nível nacional, e que garantam a devida presença dos serviços do Estado.

37 8. É tempo de apostar definitivamente num futuro melhor para todos, com um Portugal diferente, o que só se
38 alcançará com a resolução de um conjunto de problemas estruturais que continuam a impedir um desenvolvimento
39 pleno e equilibrado. O XXIV Congresso da ANMP afirma que tal só será possível e realizável com:

40
41 a) Uma diferente organização do Estado;

42
43 b) Um novo modelo de desenvolvimento;

44
45 c) Um novo regime de financiamento local.

46
47 9. São estes os temas do XXIV Congresso, alvo de desenvolvimento nos respetivos documentos temáticos.
48

49 50 2 • ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:

51 52 2.1. DESCENTRALIZAÇÃO:

53
54 10. Portugal é um dos países mais centralizados da União Europeia (UE) e da Organização para a Cooperação
55 e Desenvolvimento Económico (OCDE), realizando os municípios apenas 9,2% da despesa pública. Os
56 municípios da UE realizam, em média, 23,3% dessa despesa.

57
58 11. Verifica-se que os países mais descentralizados da UE são, na generalidade das situações, os mais desenvolvidos,
59 uma vez que a centralização tem como resultado a diminuição da qualidade dos serviços e das políticas públicas
60 e a descentralização, pelo contrário, leva a uma maior adequação das políticas e serviços públicos à realidade do
61 território e das populações.

62
63 12. A ANMP entende a descentralização administrativa como um instrumento fundamental para prestar
64 melhores serviços às populações, em áreas essenciais para a sua vida, e para fortalecer a democracia,
65 mobilizando os cidadãos para um exercício de cidadania mais ativa.

66
67 13. No cumprimento deste desígnio, a ANMP avançou com um processo negocial com o Governo, concretizando-se
68 o definido na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para
69 as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. A forte participação e o envolvimento da ANMP neste
70 processo possibilitou a consensualização de vinte e dois diplomas setoriais, entretanto publicados.

71 14. O XXIV Congresso da ANMP reafirma a importância do processo de descentralização, considerando o seu
72 resultado um apreciável avanço em matéria de transferência de competências para as autarquias locais, uma
73 vez que a possibilidade de intervenção acrescida dos municípios nas novas áreas constitui-se em mais-valia
74 significativa para as comunidades locais e para a definição de novas políticas autárquicas.

75
76 15. A descentralização em curso é ainda indispensável para uma crescente afirmação dos municípios ao serviço das
77 populações, lançando também as bases do futuro e constituindo um primeiro momento de um processo que se
78 pretende mais amplo de transferência de competências.

79
80 16. Dada a grande complexidade do processo, **o XXIV Congresso da ANMP considera que se justifica e impõe**
81 **a institucionalização de um processo permanente de monitorização e de avaliação da adequabilidade**
82 **e sustentabilidade das competências transferidas ao nível da sua suficiência financeira, da adequação**
83 **dos recursos humanos envolvidos e das implicações organizacionais nas autarquias locais e entidades**
84 **intermunicipais, garantindo a sua boa e sustentável execução prática.**

85 86 87 2.2. REGIONALIZAÇÃO:

88
89 17. Segundo dados do EUROSTAT, Portugal é um dos países da Europa com a população mais envelhecida, sendo
90 o quarto país da UE com maior percentagem de idosos, apenas ultrapassado pela Alemanha, Grécia e Itália. As
91 taxas de natalidade são das mais baixas e partes significativas do território estão desertificadas, o que terá como
92 consequência o nosso descalabro como país se nada for feito rapidamente no sentido de inverter esta situação.

93
94 18. Acrescem problemas de desigualdade inter-regional, em que as pequenas e mesmo as médias cidades sofrem
95 já as consequências do declínio e do envelhecimento populacional, com economias cada vez mais vulneráveis,
96 e as grandes áreas urbanas, pelo contrário, debatem-se com os desafios colossais que lhes são colocados
97 pela pressão populacional, desde logo nos domínios da mobilidade, do acesso à habitação, da segurança e da
98 integração social.

99
100 19. **A ANMP considera que é urgente mudar este paradigma. Impõe-se a construção de um país diferente.**
101 **É tempo de agir.**

102
103 20. Tendo os países mais desenvolvidos pelo menos um nível intermédio de descentralização territorial entre o Estado
104 e os municípios, é fundamental e urgente a criação das regiões administrativas, para que possamos inverter a
105 situação em que nos encontramos.

21. Considera o XXIV Congresso da ANMP que as regiões administrativas são um instrumento indispensável para potenciar o desenvolvimento equilibrado do território.

22. Entende também a ANMP que a regionalização confere uma legitimidade democrática própria para a representação das regiões, sendo um fator essencial de democratização, de reforço da cidadania e de aproximação do poder às populações.

23. Em suma, o XXIV Congresso da ANMP sustenta que a criação das regiões administrativas é fundamental para a assunção de novas políticas de desenvolvimento regional que prossigam objetivos de coesão, competitividade e equidade.

2.3. AUTONOMIA DAS AUTARQUIAS LOCAIS:

24. A Constituição da República Portuguesa (CRP) e a Carta Europeia da Autonomia Local (CEAL) consagram a autonomia do Poder Local como princípio indispensável da consolidação e desenvolvimento do regime democrático.

25. A autonomia local é um fator determinante para o bom funcionamento da democracia em Portugal, não alienando as autarquias locais a sua capacidade de intervenção na resolução dos problemas das populações.

26. No entanto, ao longo dos anos, verificaram-se situações que indubitavelmente colocaram em causa a autonomia local. Nos últimos tempos foi possível, com o envolvimento e a reivindicação da ANMP, recuperar aspetos essenciais da autonomia local.

27. O XXIV Congresso da ANMP reconhece, no entanto, que em algumas áreas de atuação das autarquias locais continuam a verificar-se problemas de compressão da autonomia, designadamente com a crescente intervenção de entidades reguladoras em determinadas atividades prosseguidas pelos municípios, invadindo as competências municipais, o que carece de correção imediata.

28. A autonomia local tem como contraponto necessário a existência de uma tutela administrativa de legalidade por parte do Estado, que os eleitos locais pretendem que seja rigorosa, exigente e equilibrada, contribuindo para a segurança, certeza e adequação jurídicas dos procedimentos e das deliberações dos órgãos municipais.

29. O XXIV Congresso da ANMP não aceita, no entanto, a confusão que se gera permanentemente entre a prática de irregularidades administrativas e a prática de ilícitos com relevância penal, como se da mesma coisa se tratasse, o que causa danos irreparáveis na reputação dos autarcas.

- 143 30. A ANMP advoga a importância da defesa do Estado de Direito, em todas as suas vertentes, condenando de
144 forma veemente situações de uso indevido dos poderes do titular do cargo político, alheias ao interesse
145 público, e enfatizando a absoluta necessidade do exercício de funções públicas se caracterizar por valores
146 como a transparência, imparcialidade e isenção.
- 147
- 148 31. Repudia-se, enfaticamente, qualquer tentativa de demonização do Poder Local, afirmando-se que os eleitos
149 locais são merecedores de respeito e de consideração.
- 150
- 151 32. O XXIV Congresso da ANMP sublinha o papel inestimável desempenhado pelos autarcas em benefício
152 das populações, rejeitando quaisquer generalizações depreciativas pelo seu carácter estigmatizante e
153 ultrajante, uma vez que todas as generalizações são radical e extremamente injustas.
- 154
- 155 33. Preconiza o XXIV Congresso da ANMP que a defesa do Estado de Direito se faz com medidas concretas
156 que dotem os órgãos de polícia criminal e as Magistraturas de meios que propiciem que se investigue em
157 tempo útil o que deve ser investigado e que se proceda ao julgamento dos cidadãos acusados de forma
158 oportuna e no sítio certo – nos Tribunais.

PROPOSTAS RELATIVAS À ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:

PROPOSTAS
em matéria de
descentralização

O XXIV Congresso da ANMP reivindica e propõe:

- Que o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública assuma o papel de ponto focal dos municípios e que articule e agilize o processo de transferência de competências no seio do Governo;
- **A elaboração de um relatório que avalie os meios e os recursos transferidos e se esses meios e recursos são ajustados ao exercício concreto das competências descentralizadas**, trabalho a desenvolver no ano de 2020 no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Descentralização;
- O desenvolvimento de um **processo permanente de monitorização e de avaliação** da adequabilidade das competências transferidas ao nível da sua suficiência financeira, da adequação dos recursos humanos envolvidos e das implicações organizacionais nas autarquias locais e entidades intermunicipais, garantindo a sua devida e atempada sustentabilidade;
- **A criação de programas** destinados ao financiamento da construção, requalificação e modernização dos edifícios escolares e a criação de programas de apoio financeiro às operações de investimento em unidades de prestação de cuidados de saúde primários, que envolvam o Orçamento do Estado e os Fundos Comunitários;
- **A concretização da descentralização administrativa nas Regiões Autónomas**, exortando as assembleias legislativas regionais a tomarem a iniciativa neste domínio, propiciando que os respetivos municípios disponham de atribuições e competências similares às dos municípios continentais.

<p>187</p> <p>188</p> <p>189</p> <p>190</p> <p>191</p> <p>192</p> <p>193</p> <p>194</p> <p>195</p> <p>196</p> <p>197</p> <p>198</p> <p>199</p> <p>200</p> <p>201</p> <p>202</p> <p>203</p> <p>204</p> <p>205</p> <p>206</p> <p>PROPOSTAS em matéria de regionalização</p>	<p>O XXIV Congresso da ANMP propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A criação e instituição de regiões administrativa no País, que com legitimidade democrática são instrumento fundamental para a assunção de uma política de desenvolvimento regional que prossiga objetivos de coesão, competitividade e equidade; • Que às regiões administrativas sejam cometidas, entre outras, atribuições e competências de planeamento e ordenamento do território, de desenvolvimento económico e social, de coordenação das acessibilidades e transportes de âmbito regional, de definição, programação e coordenação das políticas públicas, de ambiente e valorização dos recursos naturais, de afirmação das potencialidades regionais e apoio às atividades económicas, sociais e culturais; • Que as regiões administrativas tenham atribuições e competências ao nível das políticas transversais, mas também em áreas concretas e operacionais em diversos domínios, como, entre outros, a saúde, a cultura, a educação e a proteção civil; • Que às regiões administrativas seja também confiado um importante papel na conceção e gestão dos programas atinentes aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
<p>207</p> <p>208</p> <p>209</p> <p>210</p> <p>211</p> <p>212</p> <p>213</p> <p>214</p> <p>215</p> <p>216</p> <p>217</p> <p>218</p> <p>219</p> <p>220</p> <p>221</p> <p>PROPOSTAS em matéria de autonomia local</p>	<p>O XXIV Congresso da ANMP reclama e propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A revisão da legislação relativa às Entidade Reguladoras, no sentido da alteração das atuais competências que configuram poderes de tutela sobre as autarquias locais; • Uma tutela administrativa de legalidade exigente, equilibrada e pedagógica, que contribua para a segurança, certeza e perfeição jurídica dos procedimentos e das deliberações dos órgãos municipais, (re)institucionalizando-se um organismo próprio e exclusivo dedicado ao exercício da atividade inspetiva, que garanta uma periodicidade exigente de inspeções - de pelo menos uma por mandato a cada município – e que tenha, também, uma função de consulta; • A alteração do Estatuto dos Eleitos Locais, tendo por objetivo a dignificação e valorização do trabalho desenvolvido pelos autarcas.

<p>PROPOSTAS em matéria de reorganização das freguesias</p>	<p>O XXIV Congresso da ANMP propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma reorganização administrativa das freguesias que respeite a vontade política expressa pelas populações através dos seus legítimos representantes, devendo os órgãos das autarquias locais pronunciar-se e emitir pareceres vinculativos sobre tão relevante matéria; • Que seja consignada a possibilidade dos eleitos locais de se pronunciarem pela reposição das freguesias extintas em 2013, num processo simples e rápido de modo a que possa ser posto em prática antes das eleições autárquicas de 2021.
--	---

3 • MODELO DE DESENVOLVIMENTO:

34. Depois de cinco quadros comunitários de apoio, Portugal continua um país desigual, com desequilíbrios acentuados, em que a coesão territorial não foi ainda alcançada. O País não foi capaz de incrementar uma política de desenvolvimento regional suscetível de valorizar e potenciar os recursos existentes, prossequindo objetivos de coesão, competitividade e equidade.

3.1. DEMOGRAFIA:

35. Portugal debate-se com um problema demográfico que se poderá agudizar a tal ponto que venha a colocar em causa a sustentabilidade do país. Com efeito, a diminuição progressiva da população põe em causa o nosso desenvolvimento.

36. Ao problema demográfico acresce a distribuição desequilibrada da população pelo território nacional, o que leva a que as áreas urbanas se debatam com os desafios decorrentes da pressão populacional e as áreas rurais e do interior do país com a desertificação dos respetivos territórios. Em ambos os casos, as vulnerabilidades são enormes.

37. Ao declínio populacional soma-se a alteração da estrutura etária da população, com o crescente envelhecimento populacional, que terá consequências nefastas para o país.

38. AANMP entende que esta situação não é uma inevitabilidade, colocando desafios que devem ser vencidos a médio e longo prazo. **Mas são necessárias políticas que fomentem a natalidade, apoiem as famílias, favoreçam a conciliação entre a vida familiar e profissional, desenvolvam a economia, promovam a existência de serviços de proximidade, enfim, possibilitem que as pessoas possam residir dignamente nas terras que escolheram para viver.**

3.2. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

39. As alterações climáticas são uma preocupação universal. Temos consciência que não há um Planeta B, impondo-se, por isso, políticas sustentadas de combate às alterações climáticas.

40. Os municípios estão empenhados em participar no combate aos efeitos das alterações climáticas e em tornar os seus territórios mais sustentáveis, nomeadamente intervindo nos desafios que são colocados ao nível do setor energético, da neutralidade carbónica, da mobilidade, do uso dos solos, da gestão das águas e dos resíduos, da conservação da natureza, da segurança de pessoas e bens e da fixação das populações, entre outros.

3.3. COESÃO TERRITORIAL:

41. Incumbe ao Estado a promoção da coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os setores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e o litoral e o interior.

42. Todavia, não tem sido possível construir um país coeso, uma vez que nas últimas décadas é no litoral que se tem vindo a concentrar a população, a força da economia, os centros do poder político e administrativo, ao mesmo tempo que se assiste à redução das oportunidades e dos serviços, muitos deles públicos, no interior do país.

43. Passados que são três anos após a aprovação do Programa Nacional para a Coesão Territorial, deve proceder-se a um trabalho exaustivo de monitorização que permita avaliar o impacto das políticas públicas e, eventualmente, a sua correção, o grau de cumprimento das metas fixadas e o seu efeito ao nível da eventual supressão das assimetrias que continuam a caracterizar o país.

44. Assegurar a coesão territorial não é possível sem inclusão social e cidadania ativa. Os municípios consideram essencial que se concretize uma estratégia nacional para o combate à pobreza e exclusão social; políticas de integração ativas, desde logo de imigrantes; políticas de habitação e de regeneração urbana ao serviço de políticas públicas de habitação, potenciando o repovoamento dos centros urbanos com a função habitação; políticas de inteligência urbana que permitam dar resposta aos novos desafios da sustentabilidade, da eficiência, da competitividade e da conectividade; políticas que permitam uma intervenção profunda nos territórios de baixa densidade, revitalizando-os.

3.4. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES:

45. As políticas de mobilidade assumem uma importância fundamental. Uma mobilidade que se quer para todos os cidadãos, independentemente da parte do território nacional em que vivam.

46. Os desafios que hoje se colocam em matéria de acessibilidades, de qualidade de vida, de igualdade de oportunidades, de inclusão social, de descarbonização da economia, da sustentabilidade ambiental, exigem novas formas de pensar e de planear a mobilidade.

47. O XXIV Congresso da ANMP releva a importância de o Governo apoiar devidamente a capacitação das Autoridades de Transporte (municípios e entidades intermunicipais) e a necessidade de se proceder a uma profunda alteração do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), enquanto abordagem inovadora da política de mobilidade, bem como o reforço do seu financiamento com a sua aplicação prática devidamente equilibrada para todos os cidadãos em todo o território nacional.

PROPOSTAS RELATIVAS AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO:

PROPOSTAS

em matéria
de modelo de
desenvolvimento

O XXIV Congresso da ANMP reclama a necessidade de políticas que:

- **Promovam a coesão territorial, a competitividade e a atratividade dos territórios**, visando a alteração das baixas taxas de natalidade, do envelhecimento da população e da desertificação de territórios, fazendo-se também face aos desafios decorrentes da pressão populacional das grandes áreas urbanas, designadamente nos domínios da habitação, da mobilidade e da segurança e colocando os novos desenvolvimentos tecnológicos ao serviço das populações;
- **Sejam adaptadas aos diversos territórios e apostem no conhecimento, na inovação, consubstanciadoras de um verdadeiro efetivo apoio**: à natalidade; à existência de serviços públicos de proximidade; a novos investimentos e à fixação de empresas; à disponibilização de habitação socialmente acessível; à reabilitação urbana e à promoção de soluções articuladas de mobilidade e acessibilidade;
- **Consagrem medidas excecionais, efetivas, de diferenciação positiva, designadamente fiscais, que promovam e fixem o investimento, pessoas e competências nos territórios de baixa densidade**, bem como outros programas específicos que permitam a sua capacitação, nomeadamente: reforço dos financiamentos comunitários; programas de financiamento e de incentivos através do Orçamento de Estado; redução dos custos de contexto, portagens, energia, comunicações; o apoio à diversificação da base económica, com aposta forte na componente agrícola e florestal; modernização e manutenção dos serviços públicos essenciais; rede de transporte público e qualificação das acessibilidades; cobertura digital para a competitividade e o crescimento económico das zonas rurais.

PROPOSTAS

em matéria
de modelo de
desenvolvimento
(continuação)

- **Propiciem a concretização de uma estratégia nacional de combate à pobreza, exclusão social e ao acolhimento e integração dos imigrantes;**
- **Permitam o combate aos efeitos das alterações climáticas**, sendo para isso essencial a consagração de um modelo de financiamento climático centrado no reforço dos fundos ambientais, modelo esse que permita às autarquias locais promover, designadamente, projetos ligados à transição energética, à melhoria da resiliência e da eficiência dos sistemas de abastecimento de água, à promoção da reutilização das águas residuais e à valorização dos resíduos orgânicos;
- **Assegurem o desenvolvimento de um plano nacional de transportes**, integrando as infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, aeroportuárias, portuárias e logísticas, concretizando um programa de investimento que priorize o transporte coletivo e público com o aumento da oferta, promovendo o desenvolvimento económico e social e a coesão territorial;
- **Fixem a nível nacional as novas condições de mobilidade e redução tarifária**, alargando-se o âmbito de aplicação do Programa de Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) a todos os modos de transporte e assegurando-se o reforço do seu financiamento com a sua aplicação prática devidamente equilibrada para todos os cidadãos em todo o território nacional;
- **Possibilitem o alargamento do prazo (em mais doze meses)** para que os planos municipais e intermunicipais acolham as novas regras de classificação e qualificação do solo decorrentes da Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

4 • FINANCIAMENTO LOCAL:

4.1. FINANÇAS LOCAIS:

48. Ao longo dos tempos tem-se verificado a persistência de um **conjunto de problemas estruturais** ao nível do financiamento local que têm obstaculizado a existência de um Poder Local mais forte e sustentado.
49. Os sucessivos incumprimentos das diversas Leis de Finanças Locais, muitas vezes alteradas através dos Orçamentos do Estado - e que foram reduzindo, de forma inaceitável, o montante das transferências destinadas aos municípios -, foram geradores de limitações à gestão municipal e à aplicação dos recursos financeiros.

369 50. O XXIV Congresso da ANMP afirma que a instabilidade e insegurança do quadro legal são inaceitáveis e
370 contraproducentes, uma vez que impedem um planeamento orçamental rigoroso e uma gestão municipal
371 eficaz, considerando que não são aceitáveis alterações constantes à Lei de Finanças Locais, que deve ser estável
372 na sua aplicação.

373
374 51. Salienta-se, também, o elevado centralismo da Administração Pública e a injustiça na repartição de verbas entre
375 o Estado e os municípios. Não obstante, as autarquias contribuíram de forma efetiva e significativa para ajudar
376 Portugal a sair da crise, com desempenhos muito positivos ao nível da execução orçamental, do endividamento,
377 dos pagamentos em atraso e prazos médios de pagamento e do peso no défice público.

378
379 52. Torna-se necessário, no quadro de uma nova Lei das Finanças Locais, assegurar o crescimento da
380 participação municipal nos impostos de referência, traçando uma trajetória de convergência com a média
381 europeia e uma maior consistência com as atribuições e competências atuais e com o processo de
382 descentralização em curso. É fundamental que se prevejam critérios de distribuição horizontal mais equitativos,
383 simples, sindicáveis e acessíveis, garantindo-se a atempada e completa comunicação dos seus elementos e
384 indicadores, sem sujeição a segredo estatístico ou a quaisquer outras restrições.

385
386 53. É imprescindível assegurar uma justa repartição dos recursos públicos, que possa reforçar a autonomia e a
387 capacidade financeira dos municípios, e implementar medidas de justiça fiscal, como a aplicação da taxa
388 mínima de IVA às refeições escolares e à iluminação pública.

389 390 391 4.2. PORTUGAL 2020:

392
393 54. Foram introduzidos entraves inexplicáveis, de diversa natureza, no início do Portugal 2020 (PT2020), o que
394 dificultou o arranque e a sua execução pelos municípios. Destaca-se a concentração excessiva de verbas no
395 domínio da competitividade (41%) em prejuízo de áreas prioritárias para os municípios que acabaram por ser
396 subfinanciadas, como as infraestruturas escolares, os equipamentos sociais e de saúde ou o Ciclo Urbano da
397 Água, ou até não financiadas ("prioridades negativas"), como as infraestruturas rodoviárias. A agravar a situação,
398 muitas destas tipologias vieram acompanhadas da imposição de mapeamentos e de exigências complexas de
399 planeamento estratégico e de verificação de condições ex-ante que são desproporcionadas.

400
401 55. Mesmo apesar deste enquadramento, a primeira reprogramação do PT2020, operacionalizada em 2018, fez
402 apenas pequenas reafetações de verbas globalmente positivas, em tipologias importantes para o setor local,
403 designadamente nas escolas, desenvolvimento urbano, património cultural e eficiência energética, sendo
404 necessários muito mais recursos para investimentos nestas áreas.

56. O facto é que os dados mais recentes da execução do quadro, e apesar da evolução positiva nos últimos meses, apontam para níveis de execução ainda muito reduzidos (cerca de 20%) e, sobretudo, abaixo do conjunto dos fundos da Política de Coesão.

57. A baixa execução do PT2020, em que os municípios não são exceção, exige a maior atenção, análise e intervenção corretiva, pelo que **o XXIV Congresso da ANMP salienta a necessidade de adoção de medidas que agilizem os procedimentos e incentivem a aceleração da execução por parte dos municípios, cuidando da operacionalização do overbooking em cada PO e da definição atempada das regras de transição de financiamento de projetos do Portugal 2020 para o Quadro Pós-2020.**

4.3. O PRÓXIMO QUADRO - 2021 A 2027:

58. A UE atravessa um período importante face às novas realidades e desafios com que é confrontada, sobretudo devido ao impacto do Brexit na redução dos recursos orçamentais, às prioridades que pretende seguir ao nível da política de defesa e segurança europeias, à evolução dos países do leste europeu, à crise migratória, entre outros. **A coesão e solidariedade entre Estados Membros e entre regiões da Europa não pode ser negligenciada, devendo continuar a ser um dos objetivos basilares da União.**

59. Constata-se, também, que **o orçamento plurianual é mais centralizado e mais dirigista**, por força do significativo crescimento das políticas geridas diretamente pela Comissão Europeia e pela redução das políticas que mais valorizam o princípio da subsidiariedade e que conferem maior margem de manobra aos Estados-membros.

60. As propostas de Quadro Financeiro Plurianual e de regulamentos dos fundos para o período 2021-2027 apresentadas pela Comissão Europeia, são muito preocupantes para os países do sul da Europa, podendo abalar fortemente os objetivos de coesão e solidariedade europeias.

61. Entre as principais preocupações, a ANMP destaca que **a Política de Coesão vê o orçamento reduzido em 13,9% e o da Política Agrícola Comum é também reduzido** em 9,8%. Relewa-se pela sua importância, em especial, a redução das verbas alocadas ao Fundo de Coesão (que sofre cortes de cerca de 45%) e ao INTERREG (que diminui o seu peso de 2,75% para 2,5% do total de fundos). A proposta da presidência finlandesa pode ainda significar um corte adicional de cerca de 12 mil milhões de euros.

62. Para Portugal, **a Comissão Europeia prevê um pacote financeiro de 21.200 milhões de euros, 7% abaixo do quadro atual**. A nova proposta da presidência finlandesa, ainda mais gravosa, propõe um corte adicional para Portugal que pode vir a atingir os 12%.

63. A Comissão Europeia propõe também uma diminuição das taxas máximas de cofinanciamento dos projetos, passando a 70% para as regiões menos desenvolvidas, regiões ultraperiféricas, Fundo de Coesão e Interreg (contra os atuais 85%), 55% para as regiões de transição (atualmente 70%) e 40% para as mais desenvolvidas (hoje de 50%).
64. Existem graves riscos de desintegração da política de coesão, ao excluir o FEADER do regulamento das disposições comuns dos fundos, ao alargar a abrangência de financiamento do novo FSE+, e ao apenas permitir a utilização do FEDER nas abordagens territoriais.
65. A ANMP salienta o significativo retrocesso no que se refere à gestão dos instrumentos de gestão urbana (atuais PEDU), já que as propostas regulamentares da Comissão Europeia não atribuem qualquer papel às Autoridades Urbanas, atores chave no Portugal 2020.
66. Por fim, as propostas da Comissão não diferenciam de forma satisfatória as regiões e sub-regiões menos desenvolvidas, a problemática das transformações demográficas e da baixa densidade, nem as regiões de fronteira.
67. Atendendo ao quadro descrito, o XXIV Congresso da ANMP manifesta a sua grande preocupação e constata que os princípios da subsidiariedade, da governação multinível e da parceria não se encontram devidamente salvaguardados, desvalorizando a participação dos governos regionais e locais no desenho e implementação do próximo quadro.

<p>PROPOSTAS em matéria de Finanças Locais</p>	<p>O XXIV Congresso da ANMP reivindica a aprovação de um novo regime de financiamento local que, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegure a necessária estabilidade, aplicabilidade e o valor reforçado da Lei de Finanças Locais, concretize uma justa repartição dos recursos públicos, reforçando a autonomia e a efetiva capacidade financeira dos municípios, tendo por objetivo a sua convergência com a média europeia, no que se refere à participação nos impostos do Estado. Uma novas Lei das Finanças Locais enquanto instrumento de reforço da coesão social e territorial no plano nacional, que permita aos municípios prosseguir com eficiência e sucesso os interesses das suas populações; • Reforce os poderes tributários dos municípios, designadamente na definição das taxas e benefícios fiscais, relativamente aos impostos cuja cobrança constitui receita municipal. As isenções automáticas do Estado relativamente a impostos devem constituir uma verdadeira
---	---

<p>478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497</p> <p>PROPOSTAS em matéria de Finanças Locais (continuação)</p>	<p>exceção que, a ocorrer, tem de garantir a compensação dos municípios pela correspondente perda de receita;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabeleça o Regime Geral das Contribuições das Autarquias Locais; • Confirme a adequabilidade e sustentabilidade do processo de descentralização ao nível da sua suficiência financeira, da adequação dos recursos humanos envolvidos e das implicações organizacionais nas autarquias locais e entidades intermunicipais; • Agilize a gestão municipal, simplificando a gestão orçamental - nomeadamente procedendo à efetiva flexibilização da utilização de todo o saldo de gerência -, e que aposte na interoperabilidade e interconexão de dados – seja na vertente reporte de informação, seja no acesso à informação às bases de dados da Administração Central; • Crie um instrumento financeiro orientado para o apoio a tipologias não financiadas ou subfinanciadas (estradas) pelos fundos comunitários; • Defina, com urgência, qual o mecanismo de recuperação financeira aplicável às autarquias locais, em obediência ao determinado na Lei das Finanças Locais.
<p>498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515</p> <p>PROPOSTAS em matéria de Portugal 2020</p>	<p>O XXIV Congresso da ANMP defende que é indispensável e premente a adoção de medidas que, por um lado, agilizem os procedimentos já existentes e, por outro, incentivem a aceleração da execução por parte dos municípios, designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da operacionalização imediata de um processo de <i>overbooking</i> para o setor municipal, centrado em áreas prioritárias, como as infraestruturas escolares, acompanhado de um maior recurso aos pagamentos por adiantamento em modalidades que estimulem efetivamente a realização das operações; • Da alteração da Lei das Finanças Locais, no sentido de esclarecer que a totalidade das verbas disponibilizadas pelo IFRRU são excecionadas do limite da dívida total, independentemente da fonte concreta de financiamento (FEEI, BEI, CEB ou Banca Comercial); • Da revisão/atualização das atuais estratégias integradas de desenvolvimento territorial, que integre já um quadro concreto de projetos com garantia de financiamento, bem como a premente negociação das regras de transição de projetos financiados pelo atual quadro, garantindo-se o seu financiamento no próximo;

516		<ul style="list-style-type: none"> • Da eliminação dos constrangimentos à contratação pública, que impedem uma ágil execução dos projetos municipais, destacando-se o efeito suspensivo automático em matéria de contencioso pré-contratual previsto no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.
517		
518		
519		
520		
521		O XXIV Congresso da ANMP defende e propõe:
522		
523		<ul style="list-style-type: none"> • O reforço da negociação política por parte do Estado português, que evite e contrarie os cortes propostos para a Política de Coesão e em especial para Portugal, e que garanta a manutenção das atuais taxas de cofinanciamento;
524		
525		<ul style="list-style-type: none"> • Uma política de coesão que permita uma abordagem territorial integrada dos vários fundos europeus, tendo por objetivo a implementação de políticas públicas mais consistentes;
526		
527		
528		
529	PROPOSTAS	
530	em matéria de	<ul style="list-style-type: none"> • A participação dos municípios e suas associações numa fase mais prévia do processo (tanto no acordo de parceria e programas operacionais como no próprio plano nacional de reformas) e a manutenção ou reforço do seu papel na gestão dos FEEI (quer financeira, quer ao nível da governação), subscrevendo e valorizando a posição política do Comité das Regiões e do Parlamento Europeu;
531	próximo quadro	
532	de apoio	
533	2021-2027	
534		
535		
536		<ul style="list-style-type: none"> • A adoção, com as necessárias adaptações, de mecanismos de contratualização com os municípios das Regiões Autónomas e a abertura de avisos exclusivos para as autarquias também nas regiões;
537		
538		<ul style="list-style-type: none"> • A liderança pelos municípios, no que se refere à conceção, execução e gestão, dos instrumentos de base territorial/sub-regional, quer ao nível das NUTS III quer nos instrumentos de gestão urbana;
539		
540		
541		
542		
543		
544		<ul style="list-style-type: none"> • O apoio às infraestruturas básicas nas regiões onde ainda haja comprovada escassez, nomeadamente infraestruturas escolares, de saúde, equipamentos sociais, abastecimento de água e saneamento e redes de comunicação;
545		
546		
547		
548		<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento de políticas próprias para os diferentes tipos de territórios (áreas rurais, áreas de baixa densidade, pequenas e médias cidades, áreas metropolitanas e regiões de fronteira).
549		
550		

5 • OUTRAS MATÉRIAS:

68. Além dos assuntos incluídos nos documentos temáticos submetidos ao XXIV Congresso, sublinha-se a existência de três matérias que merecem a atenção, pela sua relevância.

Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> Os trabalhadores da administração local são fundamentais para que as autarquias locais possam prosseguir as suas atribuições e competências com eficácia e eficiência. Tal só se revela possível com a existência de recursos humanos motivados e qualificados, salientando-se, com esse objetivo, a constituição e entrada em funcionamento da Fundação para os Estudos e Formação na Administração Local (FEFAL), de que a ANMP é entidade instituidora.
PROPOSTAS ADSE	<ul style="list-style-type: none"> Os municípios suportam a responsabilidade pelos encargos emergentes do subsistema ADSE, desde logo com os reembolsos e comparticipações decorrentes dos atos médicos de que beneficiem os seus trabalhadores no âmbito deste mecanismo de benefícios, ao contrário da regra genericamente aplicável à Administração Pública; A ANMP considera a situação inaceitável e defende que o regime da ADSE deve ser objeto de revisão e que o nível de responsabilidades atualmente atribuído aos municípios, em sede de encargos financeiros, deverá ser corrigido.
PROPOSTAS Concessões de energia elétrica em baixa tensão	<ul style="list-style-type: none"> Considerando a atribuição municipal da distribuição de energia elétrica em baixa tensão e verificando-se atrasos no desenvolvimento do novo enquadramento desta responsabilidade municipal, a ANMP sublinha a importância de o Governo estabelecer um novo calendário para a concretização dos diversos aspetos necessários ao lançamento das concessões, se essa for a opção dos municípios; AANMP tem por fundamental que o novo quadro clarifique um conjunto de dúvidas atualmente existentes e possa assegurar a: (i) a qualidade e universalidade do serviço às populações; (ii) a inovação na rede de distribuição; (iii) a eficiência e a inovação na iluminação pública; (iv) a informação qualitativa e quantitativa aos municípios, por parte dos concessionários.

O XXIV Congresso da ANMP considera que o vasto conjunto de propostas e soluções preconizadas nesta Resolução e nos documentos temáticos setoriais constituem um contributo fundamental para o aprofundamento da democracia, para o bem-estar das populações e para um desenvolvimento mais harmonioso de Portugal.

**DESCENTRALIZAR
REGIONALIZAR
MELHOR PORTUGAL**



SEDE - COIMBRA
AV. MARNOCO E SOUSA 52
3004-511 COIMBRA

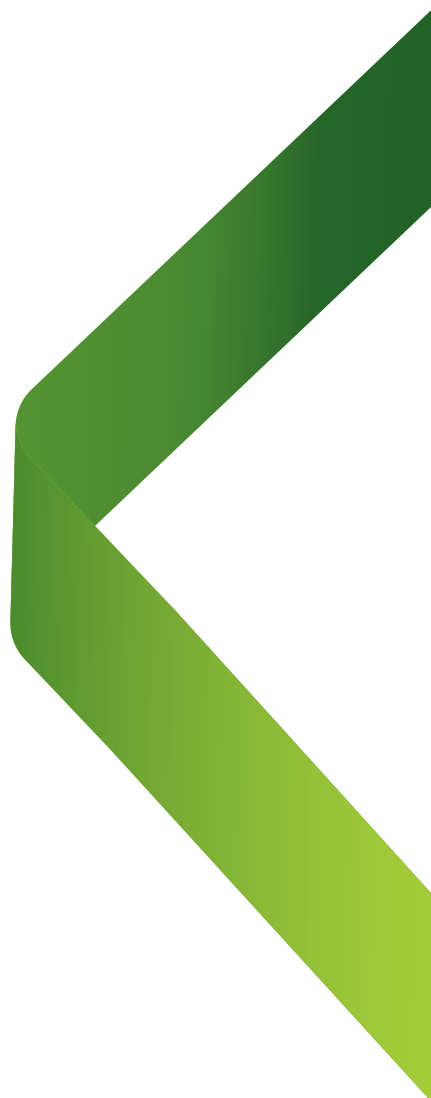
T. 239 40 44 34
F. 239 701 760 / 862

ANMP@ANMP.PT

DELEGAÇÃO - LISBOA
AV. ELIAS GARCIA, 7 - 1º
1000-146 LISBOA

T. 21 793 66 57 / 62
F. 21 793 66 64

DLISBOA@ANMP.PT





ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



CONGRESSO

DESCENTRALIZAR REGIONALIZAR MELHOR PORTUGAL